

Fotos: Roosevelt Pinheiro



**TRANSPARÊNCIA** Jorge Bornhausen, Alvaro Dias, Heloísa Helena e Heráclito Fortes desejam que acusações sejam investigadas por CPI. Delcídio Amaral ressalta pronta reação do governo

## Oposição quer CPI. Governo diz que denúncia é "fato isolado"

A criação de comissão parlamentar de inquérito para apurar suposto esquema de cobrança de propina na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos é defendida por senadores do PSDB, PFL e PSOL. Mas o líder do PT, Delcídio Amaral, afirma que se trata de fato isolado e que o governo já adotou as medidas necessárias

Página 5

### Audiência no Senado debate hoje violência no campo

Violência, justiça e impunidade nos conflitos agrários serão debatidas hoje em audiência pública na CPI da Terra. O procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, deve participar do evento.

Página 4

### Bolsa-Escola corre perigo, adverte Cristovam

Ao juntar todos os programas sociais com o Bolsa-Escola, o governo destrói a concepção educacional da iniciativa, afirmou o senador Cristovam Buarque. Segundo ele, o programa "corre sério perigo".

Página 7

### FRENTE PELA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA



**A** experiência de criação, no Congresso Nacional, da Frente Parlamentar pela Criança e pelo Adolescente deverá servir de exemplo para o estabelecimento de grupos semelhantes em todo o país. Esse foi um dos principais objetivos definidos pelo Pacto Nacional do Poder Legislativo pela Infância e pela Adolescência, lançado ontem em Fortaleza (CE). Durante o evento, a senadora Patrícia Saboya, uma das coordenadoras da Frente Parlamentar, defendeu a criação de uma rede em defesa dos direitos dos jovens. "Precisamos costurar frentes pela infância por este Brasil afora", afirmou a senadora.

**INDIGNAÇÃO** Patrícia Saboya recordou os relatos chocantes de violência contra crianças que ouviu na CPI da Exploração Sexual, presidida por ela

Página 8

### Renan propõe discussão sobre obstáculos ao crescimento

Os temas que mais dificultam o desenvolvimento do país serão discutidos em uma série de seminários que o presidente do Senado, Renan Calheiros, pretende promover a partir de junho.

Página 6

### Tião Viana pede atenção para pesquisas do IBGE

Com os dados do IBGE, o governo tem instrumento correto para conhecer bem o Brasil. A afirmação foi feita ontem pelo senador Tião Viana, ao defender liberação de recursos para a instituição.

Página 7



**DINAMISMO** Em Pernambuco, afirma Maciel, pólo médico tem a mesma força econômica do setor turístico

## Maciel lembra os 90 anos de escola médica no Recife

O senador Marco Maciel (PFL-PE) registrou ontem os 90 anos de fundação da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), comemorados em 5 de abril, e elogiou o Pólo Médico do Recife.

O parlamentar lembrou que, embora criada oficialmente em 1915, a faculdade só entrou em funcionamento em 1920, com uma turma de 15 alunos. Ele citou um trecho da aula inaugural proferida na ocasião pelo professor Octávio de Freitas, autor do livro *História da Faculdade de Medicina do Recife*, dizendo que “a profissão médica é um sacerdócio e deve revestir-se, sem cessar, de uma incomparável soma de abnegação e de desprendimento”.

Marco Maciel ressaltou que o Pólo Médico do Recife é o primeiro de todo o Norte e Nordeste e equipara-se, economicamente, ao setor de turismo. O pólo, informou o senador, conta com mais de 400 hospitais, 8 mil leitos e é responsável por 110 mil empregos.

Maciel, que é torcedor do Santa Cruz, também homenageou o Sport Club Recife pela passagem de seu primeiro centenário, em 13 de maio.

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: jornal@senado.gov.br  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**1º Vice-Presidente:** Tião Viana  
**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros  
**1º Secretário:** Efraim Moraes  
**2º Secretário:** João Alberto Souza  
**3º Secretário:** Paulo Octávio  
**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos  
**Suplentes de Secretário:** Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor-Adjunto da Secretaria de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes e Paula Pimenta  
**Especial Cidadania:** Treici Schwengber (61) 311-1620  
**Diagramação:** Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 311-3332  
**Circulação e atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Flávio de Mattos

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

# Agenda

## Plenário retoma análise de medidas provisórias

Na sessão de hoje, às 14h, os senadores buscam acordo para votar duas propostas de conversão de medidas provisórias que trancam a pauta. A primeira (PLV 6/05) cria cargos em unidades hospitalares e gratificações a serem pagas a servidores da área pela superação de metas de saúde, enquanto a segunda libera recursos para compensar as perdas de arrecadação do ICMS dos estados exportadores.

## Reforma política é tema de reunião de líderes

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participa das reuniões da Comissão Mista de Reestruturação do Orçamento, às 10h; da Subcomissão de Assuntos Municipais, às 10h30; e de líderes e presidentes dos partidos, às 11h, a fim de discutir a reforma política. Às 12h, recebe o deputado coreano Lim Chae Jung e, às 12h30, conversa com representantes do Movimento dos Sem Terra (MST), acompanhados do senador Eduardo Suplicy (PT-SP).



## Comissões discutem crise da Varig e conflitos agrários

A Comissão de Infra-Estrutura (CI) discute, às 14h30, a crise financeira que a companhia aérea Varig enfrenta. Foram convidados os representantes da Frente Parlamentar em Defesa da Varig e do Ministério da Defesa, entre outros. O procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, é o convidado da CPI da Terra, às 14h. Ele fala sobre conflitos agrários.



## Acessibilidade e regimento interno em pauta

A Subcomissão de Assistência Social aos Portadores de Necessidades Especiais será instalada hoje, às 18h30. Na ocasião, será realizada uma mostra sobre acessibilidade, com as iniciativas já promovidas pelo Senado Federal. No mesmo horário, as comissões Especial Ano da Mulher Latino-Americana e de Reforma do Regimento Interno promovem reunião administrativa.

## Conselho de Justiça: começa exame de indicados

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) define, às 11h30, a composição do Conselho Nacional de Justiça, órgão que fará o controle externo do Judiciário. A votação é secreta. Entre os nomes em análise estão os indicados da Câmara, Alexandre de Moraes, e do Senado, Joaquim Falcão. Às 18h, a Comissão Mista de Reforma do Judiciário promove reunião administrativa.



## Orçamento e infra-estrutura

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisa, às 10h, proposta que restringe o contingenciamento orçamentário. Às 11h30, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) vota vinculação do parcelamento urbano à implantação de infra-estrutura. Às 15h, a Comissão Mista do Orçamento (CMO) faz reunião.

## Educação discute cotas

O primeiro item da Comissão de Educação (CE), às 11h, é o projeto que divide em duas cotas as vagas dos cursos de graduação das instituições públicas de educação superior. A primeira será destinada, em número proporcional, aos concluintes do ensino médio público no ano anterior; e a segunda, à proporção dos formandos das escolas privadas (PLS 453/03).

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)



**COMPETÊNCIA** Mão Santa: não há razão para contratar fora se estado dispõe de nomes de alto gabarito

## Mão Santa quer projetos no PI com arquitetos locais

Mão Santa (PMDB-PI) criticou ontem o governador do seu estado, Wellington Dias, pela decisão de convocar arquitetos paulistas para revitalizar o centro de Teresina, com o objetivo de incrementar o turismo. Na opinião do parlamentar, o Piauí conta com profissionais consagrados, alguns com prestígio internacional, razão pela qual ele conclamou toda a sociedade piauiense a combater a iniciativa.

Mão Santa afirmou que, quando prefeito de Parnaíba, interior do estado, procurou abrir espaço para empresas e trabalhadores locais, contribuindo para fixar o cidadão em sua terra e para gerar conhecimentos. Ele disse ter adotado a mesma conduta como governador do Piauí, levando o estado a índices de crescimento superiores aos do Nordeste.

## Heráclito reforça crítica a escolha de profissionais de SP

Heráclito Fortes (PFL-PI) solidarizou-se com Mão Santa (PMDB-PI) na crítica ao governador do Piauí, pela decisão de contratar arquitetos de São Paulo para elaborar plano de revitalização de Teresina, em vez de privilegiar profissionais do estado. Entre os arquitetos estaria Ruy Ohtake, a quem caberia projetar um grande centro de convenções, iniciativa caracterizada por Heráclito de “megalomania”.

– É um desrespeito aos arquitetos do Piauí, aos arquitetos do Nordeste. Por maior que seja o renome do senhor Ohtake, não é admissível que a arquitetura piauiense seja esquecida. Ohtake poderia ter sido chamado simplesmente como consultor. Como não houve a possibilidade de participação de outros profissionais, a transparência foi por água abaixo.



**RESTRIÇÃO** Tourinho diz que loteria deveria ser criada por meio de projeto de lei, e não de medida provisória

## Tourinho quer fiscalização de times de futebol pelo MP

Rodolpho Tourinho (PFL-BA) defendeu ontem emenda de sua autoria à medida provisória que instituiu a Timemania, loteria que tem por objetivo equacionar os débitos de alguns dos principais clubes de futebol com a União. O senador sugere que o Ministério Público Federal acompanhe as atividades desenvolvidas pelas agremiações, "devido à enorme importância que a atividade futebolística tem no cotidiano de grande parte dos brasileiros".

O parlamentar lembrou que a Constituição estabelece que cabe ao Ministério Público a função institucional de proteger o patrimônio público e social. Para ele, o desporto está incluído no conceito de patrimônio cultural.

– Existem muitos casos de dirigentes de futebol que participam das transações feitas com os jogadores, recebendo bônus por vendas de seus esportistas ao exterior. Ninguém sabe efetivamente o que acaba acontecendo, e se trata, sim, de interesse público.

Além disso, observou Tourinho, os desmandos e as irresponsabilidades, somados à total impunidade de que goza a maioria dos dirigentes dos grandes clubes nacionais, levaram muitas equipes à insolvência financeira, refletida em dívidas vultosas com a Previdência Social e com a Receita Federal.

Nesse sentido, o representante baiano entende que a iniciativa do governo federal é salutar, pois defende, em última análise, o cidadão brasileiro, "torcedor apaixonado que é". Mas, na sua opinião, a proposição deveria ter chegado ao Senado Federal não como medida provisória, mas como projeto de lei, para que o debate fosse aprofundado.

# Comissão vota indicações para Conselho de Justiça

Instituído no âmbito da reforma do Judiciário, colegiado deverá promover o controle externo desse Poder

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vota hoje, a partir das 11h30, as indicações de nomes para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), responsável pelo controle externo do Poder Judiciário. O colegiado volta a se reunir amanhã, às 10h, a fim de apreciar os nomes para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) é o relator das indicações para o CNJ e o senador Pedro Simon (PMDB-RS) relata as proposições para o CNMP. Os nomes acolhidos pela comissão terão que passar ainda pelo exame do Plenário do Senado, e será exigida maioria absoluta da composição da Casa para aprovação.

O mandato dos integrantes de ambos os conselhos é de dois anos, sendo permitida uma recondução. O CNJ terá 15 integrantes e o CNMP será composto por 14 membros, segundo a Emenda Constitucional 45, da reforma do Judiciário.

### CNJ

Como representante do Supremo Tribunal Federal (STF), foi designado para o CNJ o ministro Nelson Jobim, presidente da corte. O Tribunal Superior do Trabalho (TST) indicou também o seu presidente, ministro Vantuil Abdala. Pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), foi escolhido o ministro Antonio de Pádua Ribeiro.

Cada um desses tribunais superiores tem direito a três integrantes. O STF apontou ainda, para compor o CNJ, o desem-



**PARECER** Demostenes Torres relatará na CCJ designações para o Conselho Nacional de Justiça e Pedro Simon, para o Conselho do Ministério Público

bargador Marcus Antonio de Souza Faver e o juiz estadual Cláudio Luiz Bueno de Godoy. O STJ enviou também os nomes do desembargador Jirair Aram Megueriam e da juíza federal Germana de Oliveira Moraes. As outras duas indicações do TST são do desembargador Douglas Alencar Rodrigues e do juiz Paulo Luiz Schmidt.

Pelo Ministério Público da União, o procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, propôs o nome de Eduardo Kurtz Lorenzoni e, pelo Ministério Público dos estados, ele sugeriu o nome de Ruth Lies Scholt de Carvalho.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) apresentou os advogados Oscar Otavio Coimbra Argollo e Paulo Luiz Neto Lôbo. O Senado apontou o advogado Joaquim Falcão e a Câmara dos Deputados, Alexandre de Moraes, atualmente secretário de Justiça e da Defesa da Cidadania do estado de São Paulo. O CNJ será presidido por um ministro do STF.

### CNMP

Foram indicados para o CNMP, como representantes do Ministério Público da União, a procuradora regional Janice Agostinho Barreto Ascari; a subprocuradora-geral do Trabalho Ivana Auxiliadora Mendonça Santos; o procurador da



Justiça Militar Osmar Machado Fernandes e o promotor de Justiça Gaspar Antônio Viegas.

A presidência do STF escolheu o juiz Hugo Cavalcanti Melo Filho, da Justiça do Trabalho de Pernambuco, e a presidência do STJ designou o juiz federal Ricardo César Mandarino Barreto, da 1ª Vara da Seção Judiciária de Sergipe.

Pela OAB, foram indicados os advogados Francisco Ernando Uchoa Lima e Luiz Carlos Lopes Madeira. As lideranças do Senado apresentaram Alberto Machado Cascais, que é o advogado-geral da Casa; e a Câmara dos Deputados indicou o advogado Francisco Maurício Rabelo de Albuquerque Silva.

O procurador-geral da República também integra o CNMP e deverá ser o presidente do colegiado, como determina a reforma do Judiciário.

### Estados

O Senado recebeu 25 indicações dos ministérios públicos dos estados, que têm direito a três representantes no CNMP. Para facilitar o trabalho da CCJ, a Presidência da Casa decidiu que será feita, hoje, uma seleção prévia pelos senadores. Será colocada urna no "Café dos Senadores", e os três mais votados deverão ser sabatinados amanhã pela comissão.

## Reforma do regimento em discussão

Os senadores da Comissão de Reforma do Regimento Interno do Senado realizam, às 18h30, reunião administrativa com o objetivo de analisar os 138 projetos em tramitação na Casa que tratam de processo legislativo.

As propostas deverão ser consolidadas em substitutivo pelo relator, senador Tião Via-

na (PT-AC), também autor do requerimento que resultou na criação do colegiado.

A comissão, que deverá apresentar o relatório final ainda este semestre, é composta de seis membros titulares e seis suplentes. O órgão tem como presidente o senador Marco Maciel (PFL-PE) e vice-presidente,

Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO). Os demais membros são Augusto Botelho (PDT-RR), Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e Papaléo Paes (PMDB-AP).

O Regimento Interno estabelece regras para o funcionamento do Senado Federal. A reunião será na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho.

## Senado tem seis sessões especiais

Temas diversos como homenagem ao ex-presidente da Federação Internacional de Futebol (Fifa) João Havelange; ao papa João Paulo II, morto no dia 2 de abril deste ano; e em comemoração do centenário de nascimento do escritor Érico Veríssimo motivarão sessões especiais do Senado. Seis requerimentos nesse sentido já foram aprovados e algumas sessões já têm data marcada para ocorrer.

O senador José Sarney (PMDB-AP) solicitou a realização em 1º de junho de sessão especial para comemorar os 60 anos de criação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A homenagem a Érico Veríssimo, que será em 15 de dezembro, acontecerá a pedido de Pedro Simon (PMDB-RS), também autor do requerimento de homenagem a João Paulo II.

## Encontro de fórum interparlamentar

O Congresso Nacional realiza na quinta-feira, às 10h, no Plenário da Câmara dos Deputados, sessão solene de abertura da IV Assembléia Plenária do Fórum Interparlamentar das Américas (Fipa), que tem como representante brasileiro o deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR). O objetivo do fórum é reforçar o papel das legislaturas americanas no fortalecimento da democracia e promover a integração do hemisfério, o intercâmbio de experiências e o desenvolvimento sustentável e harmônico da região.

A pedido do deputado, foi constituída uma comissão mista para definir os trabalhos referentes à realização do Fipa no Congresso. Fazem parte da comissão os senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE) e Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC).

## Comissão do Mercosul se reúne

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) preside na quinta-feira, às 9h, reunião da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPCM). Na pauta, dois projetos de autoria do deputado Antônio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP) que tratam do comércio de açúcar e de trigo entre os países integrantes do bloco comercial. Os novos participantes da comissão, para o biênio 2005/2006, foram eleitos no fim de abril. O vice-presidente é o senador Pedro Simon (PMDB-RS).

A comissão foi instituída em 6 de dezembro de 1991 para atender a dispositivo do Tratado de Assunção, que criou o Mercosul. O colegiado, de caráter consultivo e deliberativo, também formula propostas e funciona como um órgão representativo dos países do bloco.

# Fonteles debate conflito agrário na CPI da Terra

■ Procurador-geral da República vai discutir violência, justiça e impunidade nos conflitos agrários

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) da Terra realiza hoje, às 14h, audiência pública com o procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, sobre o tema "Violência, Justiça e Impunidade nos Conflitos Agrários". O resultado das investigações do assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang, ocorrido em 12 de fevereiro, será uma das questões em debate.

O presidente da comissão, senador Alvaro Dias (PSDB-

PR), disse que a apuração das responsabilidades pela impunidade na violência "de ambos os lados dos conflitos agrários" é um dos objetivos da comissão de inquérito. A comissão ouviu, este ano, depoimentos de autoridades e pessoas envolvidas nos conflitos em seis estados: Pará, Goiás, São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Rondônia. Esta semana, os senadores vão a Mato Grosso.

Segundo dados divulgados pela Comissão Pastoral da Terra e apresentados pelo relator, deputado João Alfredo (PT-CE), das 1.003 ocorrências registradas, relativas a 1.349 assassinatos, apenas 75 pessoas foram a julgamento. Desses julgamentos, em apenas 15 os mandantes foram condenados.

Há casos, como o da freira norte-americana, em que o assassinato envolve mais de um mandante, como lembrou o relator. A CPI, instalada em dezembro de 2003, foi prorrogada, em dezembro de 2004, até 15 de junho de 2005, quando deverá ser apresentado o relatório das investigações.

No primeiro ano de trabalho, a comissão se dedicou principalmente ao levantamento de dados e informações, para, assim, traçar um diagnóstico da questão fundiária no Brasil. Já em 2005, os parlamentares da CPI dedicaram-se à apuração das responsabilidades pela violência no campo.

—A repercussão internacional do caso Dorothy Stang poderá contribuir para essas investigações — avaliou Alvaro Dias.



Fotos: Célio Azevedo  
**DEFESA** Raupp contesta informação de que emissora o teria procurado para comentar as gravações

## Raupp diz que vai processar governador de RO

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) anunciou, em entrevista à Rádio Senado, que pretende processar o governador de Rondônia, Ivo Cassol, e o deputado estadual Emílio Paulista, por insinuações de que havia corrupção à época em que governou Rondônia, de 1995 a 1998.

Reportagem exibida pelo programa *Fantástico*, da TV

Globo, no domingo, mostrou cenas de deputados estaduais de oposição oferecendo apoio ao atual governador por dinheiro. As gravações foram feitas sigilosamente pelo próprio Ivo Cassol, em sua residência, e elas contêm as insinuações contra o senador Valdir Raupp. O governador afirma que o esquema funcionava nos dois últimos governos do estado.

Raupp afirmou que naquela época tinha o apoio de uma aliança e que o tratamento com o Legislativo, o Judiciário e o Ministério Público era institucional. Para ele, as gravações mostram o deputado fazendo "um blefe" para pressionar o governador a aceitar um esquema de corrupção.

—Essa insinuação é caluniosa. Vou interpor judicialmente o deputado e o governador.

Valdir Raupp contestou ainda a informação de que teria sido procurado pela emissora para comentar as gravações. Disse que, se o contato tivesse sido feito, teria desmentido as afirmações que tratam da sua administração.



**VANTAGEM** Tebet é autor de proposta que prevê desconto em passagens para maiores de 60 anos

## Em análise, projetos que beneficiam idosos

Na reunião que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) promove hoje, às 12h, na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, deverão ser analisados dois projetos de lei que beneficiam cidadãos maiores de 60 anos de idade. O PLS 287/99, de autoria do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), prevê descontos para passagens em geral e o PLS 569/99, do então senador Luiz Estevão, determina o desconto de 50% nas tarifas de passagens aéreas para essas pessoas. As duas propostas são terminativas e receberam parecer favorável do relator, senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ).

A comissão deverá ainda apreciar o projeto de lei da Câmara (PLC 109/03) que inclui a manutenção das casas de abrigo na lei que criou o Fundo Penitenciário Nacional. A matéria — PLP 52/99 na origem — é de autoria da deputada Luiza Erundina (PSB-SP) e conta com parecer favorável do senador Edison Lobão (PFL-MA).

## CRA discute tributação de açúcar e álcool

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) promove amanhã, às 10h, audiência pública sobre o regime tributário e a incidência do PIS/Pasep e da Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) na cadeia de produção e comercialização do açúcar e do álcool. Cinco presidentes de sindicatos e associações de produtores distribuidores do álcool participam da audiência.

Aelton Freitas (PL-MG) disse, ao justificar seu requerimento para a audiência, que a redução a índice zero da incidência do PIS/Pasep e da Cofins, prevista em lei, é antigo pleito dos produtores do álcool que precisa ser regulamentado. O senador afirmou que há empresas distribuidoras sonogando impostos, o que prejudica a concorrência justa e legal.

Brasil é o maior produtor e exportador	Produção de açúcar (em toneladas)
Brasil	20.645.500
União Europeia	19.428.000
Índia	17.405.982
China	9.273.600
EUA	8.243.400
Austrália	5.513.649
Tailândia	5.455.644
México	5.029.863
Cuba	3.874.931
Paquistão	3.712.127
África do Sul	2.546.886
<b>Total (mundial)</b>	<b>136.326.504</b>

Fonte: International Sugar Organization (ISO), 2000

O presidente da Associação Brasileira da Indústria do Alcool (Alco), Roberto Holanda, é um dos cinco convidados para a audiência pública de amanhã.

Também participam da reunião o presidente do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes (Sindicom), João Pedro Gouvêa Filho; o

presidente da União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (Única), Eduardo Pereira Carvalho; o presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool de Pernambuco (Sindaçúcar-PE), Renato Augusto Pontes Cunha; e o presidente do Sindicato da Indústria de Fabricação de Alcool no Estado de Minas Gerais, Luiz Custódio Cotta Martins.



**CIDADANIA** Azeredo assina o requerimento que criou o colegiado, que amanhã escolhe seu presidente

## Senado instala subcomissão para portadores de necessidades especiais

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza três reuniões nesta semana. Hoje, às 18h30, será instalada a Subcomissão de Assistência Social aos Portadores de Necessidades Especiais, com a eleição do presidente e do vice-presidente. A subcomissão foi criada pelo Requerimento 12/05, de autoria do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Também haverá hoje uma

exposição do presidente da Comissão de Acessibilidade, o engenheiro Adriano Bezerra de Faria, sobre os estudos que o Senado está fazendo para adaptar a instituição ao trânsito de portadores de deficiência. Trata-se de uma comissão interna criada pelo Ato 147/04, do diretor do Senado, Agacieli da Silva Maia, para tornar a Casa mais acessível aos deficientes. A comissão é composta por 20

funcionários da instituição.

Amanhã, a Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência, também vinculada à Comissão de Assuntos Sociais, promove, às 10h, audiência pública para debater o desemprego e a redução da jornada de trabalho no país.

Na quinta-feira, às 10h, a CAS vota 12 projetos de lei. Entre eles o PLS 216/04, do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), que dá

prioridade de tramitação às causas judiciais em que seja parte pessoa portadora de deficiência. Consta da pauta ainda o projeto de lei (PLS 19/03) do senador Marcelo Crivella (PL-RJ) que fixa em 20 quilogramas o peso máximo que um empregado pode remover, individualmente. Todas as reuniões serão realizadas na Sala Florestan Fernandes — Plenário 9 da Ala Senador Alexandre Costa.

# Oposição quer CPI sobre denúncia de propina

Senadores do PSDB, do PFL e do PSOL defenderam ontem a criação de comissão parlamentar de inquérito (CPI) para apurar as denúncias de que haveria um

esquema de cobrança de propina na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Em discursos no Plenário, Alvaro Dias (PSDB-PR), Jorge Bornhausen (PFL-SC),

Heráclito Fortes (PFL-PI) e a líder do PSOL, Heloísa Helena (AL), destacaram a necessidade de o Congresso Nacional investigar o caso. Já o líder do PT, Delcídio

Amaral (MS), disse acreditar que se trata de "um fato absolutamente isolado". Ele garantiu que o governo agiu com rapidez e que tudo será apurado.

**Jorge Bornhausen**



**IMAGEM** "A comissão tem de ser mista, com a presença das duas Casas, Câmara e Senado"

## Comissão garante transparência

Jorge Bornhausen defendeu a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para apurar as acusações, e reconheceu que elas atingem o Congresso Nacional.

– Só uma CPI pode fazer com que as coisas fiquem transparentes para a sociedade. E essa comissão tem de ser mista, com a presença das duas Casas, Câmara e Senado – afirmou.

Na matéria veiculada por *Veja* – que mostra fotos tiradas de um vídeo –, Maurício Marinho, ex-chefe de Contratações e Administração de Materiais dos Correios, é acusado de participar de um esquema de corrupção que envolveria o presidente do PTB, deputado federal Roberto Jefferson (RJ).

### Unidades de conservação

Bornhausen endossou as críticas de Alvaro Dias à criação de unidades de conservação no Paraná e Santa Catarina. Disse que "a população não vem sendo consultada" sobre as medidas, que prejudicariam "milhares de agricultores".

– Conversei com Alvaro Dias. Se o governo cometer essa irresponsabilidade, entraremos com um decreto legislativo para suspender qualquer ato nesse sentido – declarou.

Jorge Bornhausen destacou, ainda, o evento que a Internacional Democrata de Centro realizará no Rio de Janeiro em 19 e 20 de maio. Está prevista a presença do presidente da organização, o ex-primeiro-ministro espanhol José Maria Aznar.

**Alvaro Dias**



**COMPLACÊNCIA** "Os denunciados ficam nos cargos enquanto o próprio governo investiga"

## "Corrupção se alastra por vários setores"

Alvaro Dias anunciou que seu partido vai apresentar requerimento propondo a criação de comissão parlamentar de inquérito para investigar as denúncias de corrupção envolvendo a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) e outras estatais citadas por reportagem da revista *Veja* desta semana. Ele leu nota assinada pelo líder do partido, senador Arthur Virgílio (AM).

Na nota, o líder do PSDB diz que não aceita que o governo tente "desviar a atenção" da denúncia para o PTB, "como se fosse um caso isolado, quando tudo indica tratar-se de corrupção que se alastra por vários setores do governo". O PSDB sustenta que a apuração deve ser feita pelo Ministério Público e pelo Congresso Nacional, em uma CPI.

No discurso, Alvaro Dias lembra que fatos como esses "só ocorrem por causa da complacência e da impunidade acintosa" do governo Lula com denúncias de corrupção.

– Os denunciados ficam nos cargos enquanto o próprio governo investiga, em vez de optar por seus afastamentos durante a investigação.

Alvaro afirmou que "o fisiologismo da forma mais exacerbada já vista é um caminho aberto para a corrupção".

– Como diz o líder Arthur Virgílio, não vale o governo Lula investigar o governo Lula. Já vimos esse filme, especialmente no caso Waldomiro Diniz.

**Heloísa Helena**



**COMPARAÇÃO** "Sociedade trata de forma diferente o roubo do rico e o roubo do pobre"

## Crença de "propinódromo" na administração

Heloísa Helena declarou que vai assinar o requerimento de criação de CPI para investigar as denúncias de corrupção nos Correios. Heloísa acredita que existe um "propinódromo" na administração pública do país.

A senadora ponderou que considera difícil ver apuradas essas denúncias de corrupção sobre as "suas articulações do governo federal" com sua "base de bajulação".

– Qualquer pessoa consegue identificar com precisão como a nossa sociedade trata de forma diferente o roubo do rico e o roubo do pobre. É impressionante como o cinismo e a dissimulação são aplicados na interpretação da legislação.

Heloísa afirmou se assemelhar aos "velhos humanistas espanhóis", que alegavam que a mesma lei deveria ser interpretada de maneira "flexível para o fraco, firme para o forte e implacável para o contumaz".

A senadora citou ainda passagem de um dos sermões do padre Antônio Vieira. Segundo Heloísa, o padre relatou que, certa vez, um pirata foi acusado de roubo pelo imperador Alexandre, o Grande. O pirata perguntou então a Alexandre o motivo de um pirata ser chamado de ladrão e um saqueador de nações inteiras ser chamado de imperador.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) destacou que os brasileiros estão estarecidos com as denúncias.

**Delcídio Amaral**



**DISCERNIMENTO** "Todos temos experiência suficiente para separar as coisas"

## Para governo, trata-se de fato isolado

As denúncias de corrupção publicadas pela revista *Veja* são "um fato absolutamente isolado" e provavelmente resultado da mente de um chefe de departamento que queria "vender o Pão de Açúcar, o céu e uma influência política que não tinha", segundo afirmou Delcídio Amaral.

O senador disse compreender a iniciativa da oposição de querer instalar no Congresso Nacional uma CPI para apurar as denúncias, mas lembrou que não é raro no país certas pessoas venderem influências inexistentes apenas "para se darem bem".

– Todos temos experiência suficiente para separar as coisas, pois caso contrário, daqui a pouco, a citação de um mero chefe de divisão vai ser utilizada para derrubar um ministro.

Delcídio Amaral garantiu que o governo agiu com rapidez diante das denúncias e que as investigações trarão à tona qualquer crime que porventura tenha ocorrido.

– Com o inquérito instaurado pelo presidente da ECT, conversas telefônicas, agendas e reuniões públicas, tudo será avaliado.

Aparteado pelos senadores Ney Suassuna (PMDB-PB), Jorge Bornhausen (PFL-SC), Tião Viana (PT-AC), Mão Santa (PMDB-PI) e Ramez Tebet (PMDB-MS), o líder do PT disse que, no episódio, é importante preservar a imagem do Congresso Nacional.

**Heráclito Fortes**



**INÉRCIA** "É preocupante que os fatos alegados pelo denunciante não tenham merecido nenhuma reação"

## Sensatez para tomar providências

Em nome da liderança do PFL, Heráclito Fortes (PI) defendeu a apuração da denúncia sobre as irregularidades ocorridas na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

O senador recomendou, no entanto, serenidade nas apurações, observando que não se pode, "de maneira precipitada, fazer juízo de valores".

Heráclito disse que o governo precisa ter a sensatez necessária para tomar providências, também, quanto às denúncias sobre irregularidades nos fundos de pensão. Ele lembrou que o próprio líder da minoria, senador José Jorge (PFL-PE), apresentou requerimento, recentemente, à Comissão de Assuntos Econômicos solicitando o comparecimento de um conselheiro do fundo de pensão do Banco do Brasil que denunciou a existência de irregularidades na administração da Previ.

– É preocupante que os fatos alegados pelo conselheiro denunciante não tenham merecido nenhuma reação por parte dos gestores do fundo, que lançaram um manto de silêncio sobre o fato.

Heráclito citou a existência de denúncias sobre irregularidades em outros fundos de pensão, como Petros e Funcep. O senador observou que a "gordura" popular que o presidente Lula ainda detém está muito relacionada à credibilidade do seu governo junto ao povo, que pressupõe a transparência dos atos do governo.

# Renan: Senado deve propor alternativas para o Brasil

■ Presidente da Casa promoverá debates sobre questões que dificultam o desenvolvimento do país

No propósito de inserir cada vez mais o Legislativo na solução dos grandes problemas nacionais, o presidente do Senado, Renan Calheiros, inicia em junho uma série de debates sobre os temas que mais dificultam o desenvolvimento do Brasil. As discussões devem começar pelas questões relativas à infra-estrutura e seus entraves, como a dificuldade de estradas para escoar a produção.

Renan Calheiros determinou que a Secretaria de Coordenação Técnica da Presidência do Senado, em articulação com as consultorias da Casa, o Ins-



Célio Azevedo

**IDÉIAS** Senado deve ser um fórum para discussão de temas nacionais, defende Renan Calheiros

tituto Legislativo Brasileiro e o Interlegis, organize os debates, a fim de aglutinar idéias em torno de uma agenda positiva para o país.

Em sua opinião, o Senado deve ser um fórum para a discussão dos grandes temas nacionais, como o endividamento dos municípios, as desigualdades regionais, o excesso de burocracia e a qualidade do gasto público.

Serão chamados a participar dos debates os partidos políticos, entidades empresariais, centrais sindicais e outros segmentos da sociedade organizada, como representantes da imprensa. Sua idéia decorre do entendimento de que, se a Casa não tem meios para concretizar as mudanças, tem como fazer avançar o debate e apresentar idéias importantes para que elas se realizem.

O resultado dos encontros servirá de apoio à atuação dos senadores e das comissões na construção de normas legais que propiciem o avanço do país. Renan pretende que o Senado esteja cada vez mais inserido na resolução dos problemas que mais afligem o país.

O resultado dos encontros servirá de apoio à atuação dos senadores e das comissões na construção de normas legais que propiciem o avanço do país. Renan pretende que o Senado esteja cada vez mais inserido na resolução dos problemas que mais afligem o país.

## Efraim critica resoluções do TSE sobre vereadores

Resoluções editadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre a redução do número de vereadores e a verticalização das coligações partidárias foram criticadas ontem em Plenário pelo senador Efraim Morais (PFL-PB). Na sua opinião, as duas medidas têm viés centralizador, interferem na autonomia de estados e municípios e desprezam a participação da sociedade local na definição de suas regras políticas.

Pouco mais de um ano após a edição da Resolução 21.702, que alterou a composição do Poder Legislativo em quase metade dos municípios, Efraim acredita ser possível analisar com isenção a medida, tida como moralizadora das finanças públicas. Para ele, em vez de combater "excesso de mordomias nos legislativos municipais", a decisão representou "um rude golpe" na autonomia dos municípios, impedidos de determinar seu número de vereadores.

–O uso de resolução para fixar o número de eleitos por cidade não é apenas inapropriado, como também configura uma violação do princípio constitucional de separação e independência dos Poderes – afirmou.



Célio Azevedo

**ERRO** Para Efraim, medida que fixa número de vereadores foi um "rude golpe" na autonomia dos municípios

A exigência de as coligações partidárias para as eleições de governador, senador, deputados federais e estaduais se submetem às definidas para a eleição de presidente da República, objeto da Resolução 20.933, de 2002, também recebeu duras críticas do senador. Efraim identificou nessa resolução um forte "viés centralizador", evidenciado na decisão do TSE de sacrificar as circunstâncias políticas locais em nome de uma "suposta" equalização do processo eleitoral.

– Meu partido acredita que a sociedade é plenamente capaz de se autogovernar, prescindindo da suposta sabedoria de um poder central superior. Repelimos qualquer esforço que venha a reduzir a autonomia da sociedade – protestou.

## Subcomissão dos municípios debate projetos

A Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais realiza amanhã audiência pública para discutir sobre as matérias de interesse dos municípios que estão tramitando no Senado Federal.

Para debater os projetos, a reunião contará com a presença do presidente da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), João Paulo Lima e Silva. O presidente da Associação Brasileira dos Municípios (ABM), José do Carmo Garcia, é o convidado para uma próxima audiência pública a ser realizada pelo colegiado.

Um dos projetos de lei de interesse dos municípios em trâmite no Senado é o PLS 145/05, de autoria do senador Cristovam Buarque (PT-DF). A proposta determina que a União efetue abatimento de 20% do pagamento mensal do serviço da dívida pública dos estados, municípios e do Distrito Federal em favor da educação.

A audiência ocorre a partir das 14h30, na sala 19 da Ala Alexandre Costa.



Márcia Klumbe

**RELEVÂNCIA** Além de obras contendo textos legislativos, Senado levou para a feira do livro diversas publicações de valor histórico e político

## Constituição lidera as vendas do Senado na bienal do Rio

Exemplares da Constituição brasileira, atualizada até a 44ª emenda, vêm liderando a lista das obras mais procuradas no estande do Senado na XII Bienal Internacional do Livro do Rio de Janeiro. A feira está sendo realizada no Riocentro desde quinta-feira passada e se encerra no próximo domingo. Somente no fim de semana, foram vendidos 157 exemplares.

Outro formato da Constituição, contendo até a 45ª emenda, em separata – com letra em corpo menor e texto dividido em duas colunas –, também ficou entre os mais vendidos no fim de semana, com 146 exemplares comercializados a R\$ 3 cada um. O preço da versão em livro é R\$ 7. Um terceiro modelo da Constituição oferecido pelo Senado, em formato

jornal tablóide, atualizado até a 43ª emenda, foi adquirido por 26 pessoas, a R\$ 1. O texto da Carta na língua inglesa, que custa R\$ 5, foi comprado por cinco pessoas.

Entre as obras do Conselho Editorial do Senado com valor histórico ou político, a campeã de vendas é a Coleção Cidade do Rio de Janeiro, que inclui dois livros de Joaquim Manuel de Macedo: *Memórias da Rua do Ouvidor* e *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Foram distribuídas 35 caixas com os dois títulos.

Também desperta interesse dos visitantes a coleção ambiental, que inclui, entre outras normas, o Código de Águas e Legislação Correlata, o Protocolo de Kyoto e Legislação e o Código Florestal.

## Correspondentes internacionais discutem a imagem do Brasil

De "país do desmatamento" para o "país de Lula". Essa foi a mudança na imagem do Brasil no exterior relatada ontem pelo correspondente internacional da agência Reuters, Axel Bugge, no primeiro dia do 5º Seminário Internacional de Comunicação de Brasília (5º Sicom). O encontro se estende até amanhã no auditório do Interlegis, a comunidade virtual do Poder Legislativo brasileiro.

O seminário, com o tema "Guerra e Paz – o Papel da Mídia no Entendimento entre os Povos", é organizado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em parceria com a Unesco (entidade da ONU para a educação, ciência e cultura), Correios e Senado Federal. Os debates são acompanhados por diversas assembleias legislativas, por meio do sistema de videoconferência do Interlegis.

O primeiro palestrante foi o presidente da Comissão Episcopal para a Cultura, Educação e Comunicação Social da CNBB, dom Orani João Tempesta. Para dom Orani, a violência nas cidades e no campo tem gerado mais mortes que as guerras. Ele advertiu os estudantes de Jornalismo presentes que os interesses de audiência – religiosos, econômicos e ideológicos – podem trazer vários problemas para o exercício do jornalismo no país.

Já Axel Bugge ressaltou a mudança na imagem do Brasil antes e depois da eleição para a Presidência da República de Luiz Inácio Lula da Silva,

Correspondente do diário mexicano *Monitor* e da Rádio InfoRed, o brasileiro Marcelo Rech destacou que a comunicação no Brasil é muito parecida com a comunicação no México.



**ELÓGIO** Editais para transposição do São Francisco e ampliação da BR-101 foram saudados por Suassuna

## Suassuna destaca obras e biodiesel na Paraíba

Ney Suassuna (PMDB-PB) comemorou ontem, em Plenário, o que considerou três importantes acontecimentos para a Paraíba: o lançamento dos editais de licitação para as obras de transposição de águas do rio São Francisco e para a duplicação da BR-101; e o início do Programa do Biodiesel em seu estado.

O líder do PMDB relatou que, na sexta-feira, comandou o “apitação” ocorrido nos municípios da Paraíba. A manifestação, observou o senador, era para comemorar o lançamento do edital de licitação para as obras de integração da bacia do São Francisco com as bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional (Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte). O edital foi publicado na última terça-feira no *Diário Oficial* da União.

Suassuna declarou ter doado dez toneladas de semente de mamona no município de São Domingos do Cariri, a fim de garantir o início do Programa do Biodiesel em seu estado.

– Doe dez toneladas de sementes para garantir o plantio obrigatório deste mês e dar início à implementação do programa na Paraíba. Estamos confiantes de que a iniciativa trará riqueza para o estado e para a região – avaliou.

O senador também registrou o lançamento do edital de licitação da duplicação da BR-101 norte, liberado na semana passada pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

# Prioridade do Bolsa-Escola não é a renda, diz Cristovam

■ Ao celebrar os dez anos do programa, o senador avalia que a dimensão educacional vem sendo preterida

O programa Bolsa-Escola, que completou dez anos no último dia 15, “corre, hoje, sério perigo”, conforme afirmou o senador Cristovam Buarque (PT-DF), criador do programa, quando era governador do Distrito Federal, em 1995. Ele explicou que, ao reunir em uma mesma ação a parte assistencial do vale alimentação, do vale gás, do bolsa-alimentação com o Bolsa-Escola, o governo está destruindo sua concepção educacional:

– O Bolsa-Escola não tinha importância pela bolsa, mesmo quando aqui nós pagávamos salário mínimo. Ele tinha importância pela escola. Ao tirar a dimensão escolar e ao chamar de Bolsa-Família, já se fez com



**PERDA** Cristovam: fusão de auxílios alimentação e gás com o Bolsa-Escola compromete concepção do programa

essa intenção, já estava por trás o entendimento de que o importante é a renda. Não é a renda! – enfatizou Cristovam.

O senador destacou que o programa pôde ser implantado em âmbito nacional depois que o governo Fernando Henrique Cardoso decidiu mantê-lo, naquela ocasião, inclusive conservando seu nome original, apesar de pagar valores muito pequenos. Cristovam lembrou que o Bolsa-Escola

foi instituído para assegurar que as crianças muito pobres pudessem frequentar as aulas, em lugar de começar a trabalhar muito cedo.

De acordo com Cristovam Buarque, o programa é reconhecido internacionalmente, sobretudo pela experiência do México. O parlamentar reconheceu que os mexicanos conseguiram complementar o programa, estabelecendo um controle efetivo da frequência dos alunos e o acompanhamento nutricional e de saúde para toda a família do estudante.

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) congratulou-se com Cristovam pela passagem dos dez anos do programa Bolsa-Escola e também pela constante preocupação do senador em procurar melhorar as condições de vida das crianças pobres. Ela recordou, porém, que tanto os idosos quanto as crianças têm sido tratados com descaso pelo governo.

## Tião Viana pede recursos para pesquisas do IBGE

O senador Tião Viana (PT-AC) chamou a atenção do governo para a importância das pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ele advertiu que investigações como a Pesquisa Nacional de Amostragem de Domicílios (Pnad) e a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) podem não ser realizadas caso os recursos necessários não sejam liberados até julho.

– Com os dados levantados pelo IBGE, o governo tem o instrumento correto para conhecer bem o Brasil, planejar com cuidado as políticas públicas e transferir recursos de forma mais adequada. Essas pesquisas não podem sofrer restrições orçamentárias – observou.

A Pnad e a POF são pesquisas

periódicas feitas pelo IBGE em 50 mil domicílios de todo o país. A primeira, anual, investiga características demográficas e socioeconômicas da população, como níveis de educação e trabalho. A POF, que deve ser feita este ano pela quarta vez desde 1986, busca levantar hábitos de consumo, despesas e recebimentos das famílias brasileiras. Os recursos necessários para a realização das pesquisas, R\$ 8 milhões, foram suspensos pelo governo.

Citando o artigo “A distribuição da riqueza e da renda”, do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), publicado pelo *Jornal do Brasil*, Viana disse que a Pnad e a POF ajudam o governo e a sociedade a ter noção clara de como evolui a distribuição de



**UTILIDADE** Dados gerados pelo instituto ajudam a planejar as políticas públicas, afirma Tião Viana

riqueza e de como as políticas públicas afetam a vida dos brasileiros. As pesquisas do IBGE apontaram que a desigualdade de renda vem caindo lentamente, desde 1989.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI), que é médico, assim como Tião Viana, ressaltou que só é possível tratar o Brasil conhecendo os dados das patologias, que são levantados pelo IBGE.



**FORÇA** De acordo com Serys, manifestação demonstra o vigor do movimento contra o latifúndio

## Serys apóia a marcha pela reforma agrária

Ao ler um manifesto do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) disse acreditar que a chegada da marcha do MST reforçará o sentimento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no tocante à necessidade de realização da reforma agrária.

Na avaliação da parlamentar petista, a marcha catalisa as aspirações mais legítimas dos sem-terra e mostra o vigor do movimento contra o latifúndio e em favor da reforma agrária.

– A marcha é pela reforma agrária. É a tarefa que a história nos deu para realizar agora. Se deixarmos essa bandeira cair, será pisoteada pelos cavalos dos latifundiários e talvez leve anos até que as novas gerações possam recomeçar a luta – citou, considerando suas palavras do movimento.

### Professores

Serys fez apelo ao governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, para que negocie com os professores do estado. De acordo com a senadora, os educadores estão insatisfeitos com os baixos salários e o com o não-cumprimento da Lei Orgânica dos Profissionais da Educação Básica. Ela lembrou que essa legislação garante o plano de carreira para os servidores e é fruto de uma luta de mais de 20 anos dos profissionais de educação.

– Responsabilizo o governador pela atual situação. Faço apelo desta tribuna para que ele negocie – ressaltou.

## Senado instala Comissão Especial Mulher Latino-Americana

O Senado instala hoje, após a ordem do dia, a Comissão Especial Mulher Latino-Americana, criada por meio do Requerimento 60/05, da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT). Na ocasião, serão eleitos o presidente, o vice-presidente

e o relator da comissão, cujo funcionamento está previsto para até o dia 31 de dezembro deste ano.

O objetivo do colegiado é planejar e coordenar a execução das atividades referentes às comemorações do

Ano Internacional da Mulher Latino-Americana – 2005, instituído pelo Parlamento Latino-Americano.

Fazem parte da comissão sete senadores efetivos e sete suplentes. São membros efetivos: Marco Maciel (PFL-PE),

Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM), Luiz Otávio (PMDB-PA), Papató Paes (PMDB-AP), Serys Slhessarenko, Ana Júlia Carepa (PT-PA) e Heloísa Helena (PSOL-AL).

A reunião será na sala 3 da Ala Senador Alexandre Costa.



## Alvaro Dias condena modelo de preservação

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) condenou o modelo de unidades de preservação ecológica sugerido pelo governo do Paraná. Ele informou que as três áreas que estão na iminência de ser criadas devem ocupar 69 mil hectares e, por serem classificadas como de proteção integral, terão inviabilizada a prática de “qualquer atividade econômica razoável”.

O parlamentar reconhece que priorizar a proteção ambiental é um passo importante para o progresso social. Mas, em relação às unidades de conservação propostas para o Paraná, observa que elas abrangem grandes áreas utilizadas na agricultura e mineração.

– Rejeito o radicalismo ambientalista que geralmente vem a reboque da “demagogia verde” – declarou.

Ele adverte que o modelo de preservação pode deixar 30 mil pessoas sem emprego em Ponta Grossa (PR). E afirmou que o município deverá ter 12,9% de seu território comprometido com a criação do Parque Nacional dos Campos Gerais, com 21,7 mil hectares, e com o Refúgio da Vida Silvestre do Rio Tibagi, com 31,6 mil hectares. Outra unidade planejada é a Reserva Biológica das Araucárias, com 16 mil hectares, disse.

## Senado realiza palestra sobre depressão

A Secretaria de Assistência Médica e Social do Senado (SAMS) promove nesta quarta-feira, entre 10h e 12h, no auditório do Serviço Médico da Casa, palestra sobre o tema “Desmistificando a depressão”. Três assuntos serão abordados: depressão e diagnóstico; tratamento medicamentoso; e tratamento psicoterápico, com os médicos Carlos Henrique Silva, Antônio Geraldo da Silva e José Mário Simil Cordeiro, respectivamente. Mais informações pelo telefone 311-5107.

O evento faz parte da programação da II Semana da Saúde Mental, que teve início ontem e visa debater os avanços e retrocessos nos cuidados com saúde mental no Distrito Federal.

# Pacto infanto-juvenil deve ser disseminado pelo país

■ Objetivo foi definido ontem, no Ceará, em reunião para defender direitos de crianças e adolescentes

A experiência, no Congresso Nacional, da Frente Parlamentar pela Criança e pelo Adolescente, que atualmente reúne 133 deputados e 25 senadores, servirá de exemplo para a criação de grupos semelhantes no país. Esse é um dos principais objetivos do Pacto Nacional do Poder Legislativo pela Infância e pela Adolescência, lançado ontem em Fortaleza (CE).

Deputados estaduais de todas as unidades da Federação participaram do lançamento do pacto, por meio do qual

se comprometeram “a criar mecanismos de apoio técnico-político” entre o Congresso, as assembleias legislativas e as câmaras municipais. Os parlamentares decidiram ainda adotar o Orçamento Criança, além de fixar estratégias para monitorar recursos orçamentários destinados à infância e à adolescência e fiscalizar as políticas públicas correlatas.

Outras metas do pacto incluem a criação de um canal permanente de troca de experiências entre as Casas legislativas e o monitoramento sistemático e sincronizado de propostas legislativas para crianças e adolescentes.

Também são metas assumidas pelos parlamentares: parcerias e intercâmbios com a sociedade civil para garantir

os direitos infanto-juvenis e a criação de “alianças permanentes” com os conselhos de direitos e os conselhos tutelares da infância e da adolescência.

O documento de criação do pacto lembra que quase 45% dos brasileiros abaixo de 17 anos vivem em situação de pobreza e que a violência atinge anualmente 14 mil crianças e adolescentes em todo o país. Informa ainda que 5,5 milhões de meninos e meninas entre cinco e 17 anos estão envolvidos com o trabalho infantil.

Criada em 1993, a Frente Parlamentar pela Criança e pelo Adolescente do Congresso Nacional é coordenada, atualmente, pela senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) e pelas deputadas Maria do Rosário (PT-RS) e Telma de Souza (PT-SP).



ENCONTRO Patrícia Saboya (de pé) no lançamento do Pacto Nacional do Legislativo pela Infância e pela Adolescência

## Patrícia pede rede em defesa dos mais jovens

A senadora Patrícia Saboya defendeu ontem, em Fortaleza (CE), a criação de uma rede em defesa dos direitos das crianças e dos jovens, durante a cerimônia de lançamento do Pacto Nacional do Poder Legislativo pela Infância e pela Adolescência, na Assembleia Legislativa do Ceará.

– Demos hoje um passo importante na luta pela garantia dos direitos de nossos filhos e de nossos jovens. Agora, precisamos costurar a criação de frentes pela infância e pela adolescência por esse Brasil afora – destacou.

Durante seu pronunciamento, a senadora lembrou ter ouvido relatos chocantes de violência durante os traba-

lhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) da Exploração Sexual, da qual foi presidente. Mas garantiu que se sente hoje uma “pessoa melhor e maior” após o aprendizado que teve nesse período.

Ela afirmou que vem procurando se dedicar à defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes desde o início de sua vida pública. Observou, no entanto, que decidiu manter a prioridade da questão mesmo depois de ouvir de amigos e políticos que deveria deixar suas bandeiras “um pouco de lado” para se dedicar a temas “mais nobres” como a economia. Patrícia Saboya disse encontrar dificuldade para entender a sugestão, por achar

que nenhuma missão pública seria tão importante como a defesa de crianças.

– Por mais que me digam que é mais importante falar de economia, vou continuar lutando pelas crianças. Por trás dos números do PIB e dos juros existem pessoas – assinalou.

Ainda durante o lançamento do pacto, a deputada Telma de Souza – que coordena, juntamente com Patrícia Saboya e a deputada Maria do Rosário, a Frente Parlamentar pela Criança e pelo Adolescente – afirmou que 800 milhões de pessoas no mundo já sofreram algum tipo de assédio sexual na infância ou na adolescência, segundo números da Organização Mundial de Saúde.



RAPIDEZ Paim pediu urgência na aprovação do Estatuto da Igualdade Racial para coibir o racismo

## Paim repudia agressão de jovens nazistas

O senador Paulo Paim (PT-RS) repudiou ontem a agressão sofrida por estudantes judeus durante ato pela passagem dos 60 anos do fim da Segunda Guerra, ocorrido no dia 8, em Porto Alegre. Paim disse que os estudantes foram agredidos por um grupo de *skinheads* (cabeças raspadas) que se autodenomina neonazista.

O parlamentar também repudiou declaração do presidente do México, Vicente Fox, que, na sexta-feira, manifestou idéias racistas ao afirmar que “os mexicanos, cheios de dignidade, vontade e capacidade de trabalho, fazem trabalhos que nem mesmo os negros querem fazer nos Estados Unidos”.

Ele pediu urgência na aprovação do Estatuto da Igualdade Racial para inibir tais atitudes.

– Não podemos ser coniventes com atos preconceituosos, nem permitir que eles proliferem – afirmou o senador.

### Vereadores

Paim ainda apoiou reivindicação de um grupo de vereadores eleitos que não puderam tomar posse devido à Resolução 21.702/04 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que reduziu o número de vereadores de vários municípios. O senador ressaltou que os vereadores enviaram documento ao ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, pedindo que a Ação Direta de Inconstitucionalidade que contesta o TSE seja julgada o quanto antes.

Já o senador Mão Santa (PMDB-PI) destacou que o Senado estava propenso a anular a resolução do TSE, mas “houve um imprevisto” e o resultado foi o contrário. “O núcleo duro e incompetente do governo não entendeu Montesquieu, que criou o modelo dos três Poderes independentes”, frisou.